

ARTIGO

OS CONTORNOS RETÓRICOS, APELOS À IGNORÂNCIA, RESENTIMENTOS, MESSIANISMOS E CONSPIRAÇÕES NA GOVERNANÇA DISRUPTIVA BOLSONARISTA¹

CELSO GABATZ

Pós-Doutor PNPd/CAPES (2017-2022). Doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS-RS. Professor Colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade EST, São Leopoldo-RS.
E-mail: celso.gabatz@est.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2844-1751>

RESUMO: Este artigo busca dividir uma análise da conjuntura brasileira recente na perspectiva das múltiplas articulações firmadas na polarização e em estratégias que explicitaram a desinformação, o avanço de teorias conspiratórias, os ressentimentos, o medo e os messianismos. Por meio de uma abordagem epistemológica sobre os meandros da retórica e do poder autoritário, vislumbra-se, nesta exposição, um ideário de valores que explicitam e engendram a violação de direitos, as intolerâncias e as exclusões. Os resultados indicam que a governança disruptiva bolsonarista soube reforçar um projeto de poder por meio de uma conduta capaz de disseminar o ódio e evocar as dicotomias, os apelos à ignorância e as generalizações.

PALAVRAS-CHAVE: Poder; Ressentimento; Retórica; Messianismos; Ódio.

¹ Este artigo é resultado de investigação desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa Financiado pelo CNPq (404939/2021-0) 'Religião, Política e Teologia no Espaço Público'.

THE RHETORICAL CONTOURS, APPEALS TO IGNORANCE, RESENTMENTS, MESSIANISMS AND CONSPIRACIES IN BOLSONARISTA DISRUPTIVE GOVERNANCE

ABSTRACT: This article seeks to analyze the recent Brazilian situation from the perspective of multiple articulations based on polarization and strategies that make explicit disinformation, the advance of conspiracy theories, resentment, fear and messianism. Through an epistemological approach on the intricacies of rhetoric and authoritarian power, we glimpse in this exhibition an ideology of values that make explicit and engender the violation of rights, intolerances and exclusions. The results indicate that Bolsonaro's disruptive governance was able to strengthen a project of power through a behavior capable of disseminating hatred and evoking dichotomies, appeals to ignorance and generalizations.

KEYWORDS: Power; Resentment; Rhetoric; Messianisms; Hate.

Recebido em: 04/01/2023

Aprovado em: 12/04/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p174-195>



Introdução

Historicamente, a democracia representativa corresponde ao domínio de demandas que almejam a interlocução por meio de um regime ancorado nos contratos estabelecidos entre os sujeitos a partir de um fazer interpretativo e persuasivo que propicia a conjunção com o objeto que os coloca em relação. Para o político, o poder. Para o eleitor, o cumprimento das promessas. Orientada pelo acordo de vontades, a política perfaz uma combinação “clássica” em seu programa de base alicerçado no princípio da intencionalidade. Neste sentido, acaba tutelando programas auxiliares que se manifestam como vínculos emocionais e afetivos cultivados no contato entre o político e seus eleitores.

A figura do líder que encarna o “homem do povo”, “verdadeiro”, “sincero” e, ao mesmo tempo, capaz de aparecer como “firme” e “forte”, não define inteiramente os personagens populistas do século XXI. Ao lado desta imagem, há um outro papel que alguns protagonistas políticos desempenham com igual desenvoltura: a do indivíduo estranho aos resquícios da institucionalidade exigida pelo cargo que ocupa. Não raro, trata-se de pessoas, como no caso do mandatário brasileiro derrotado nas últimas eleições majoritárias de 2022, “grotesco” e que não hesita em flertar com o ridículo e a aberração (MOURA; CORBELINI, 2019).

O poder persuasivo que líderes políticos exercem sobre as massas tanto pelo seu comportamento quanto pelo emprego de estratégias retóricas, já foram delineados por Aristóteles (2005a). A adesão à ideias populistas, não exclui a relevância da dimensão argumentativa sustentada por informações duvidosas, ou então, enganosas. Foi isso o que Jair Bolsonaro mostrou no âmbito da pandemia do COVID-19 ao colocar a retórica a serviço da desinformação a partir de discursos e publicações feitas em plataformas digitais. Manifestações que não eram apenas reproduzidas por apoiadores, mas, igualmente, repercutidas pela mídia de uma forma mais ampla (CAMPOS, 2020).

A “retórica da desinformação” corresponde a um conjunto de estratégias discursivas adotadas para convencer a população. No caso do Brasil, sobretudo, no âmbito da crise pandêmica, esta realidade pôde ser

amplificada por meio de preceitos firmados no negacionismo e no ideário anticientífico, com notícias falsas e argumentações falaciosas. Trata-se, em uma perspectiva mais direta, de um tipo de ensejo que pesquisadores qualificam de ardilosos porque almeja ludibriar os indivíduos (ROCHA, 2021).

De acordo com o linguista José Luiz Fiorin (2014), esta retórica ocupa-se, de modo geral, dos meios de persuasão criados pelo discurso, bem como, dos efeitos provocados nos ouvintes. Por isso, a relação entre o tipo de retórica e a democracia é bastante sutil. Uma das características do regime político é, entretanto, a existência de um espaço público no qual se disputam opiniões, repercutindo apelos para que os indivíduos se filiem voluntariamente às ideias propostas. Como lembrado (FIORIN, 2014), os discursos são instâncias de luta entre as vozes sociais e, portanto, o lugar privilegiado da política.

Para a pesquisadora francesa e professora emérita da Universidade de Tel Aviv, em Israel, Ruth Amossy (2020, p. 11), “na relação intersubjetiva, a fala eficaz não é somente aquela que manipula o outro, mas, é também aquela que compartilha do raciocínio e do questionamento”. Para a autora, “retórica” e “argumentação” são permutáveis. Levando em conta este pressuposto, a retórica pode ser pensada como um conjunto de regras sobre as quais se evoca um método para determinar os melhores elementos de persuasão, podendo estes serem explorados de modo consciente ou não consciente.

Esta abordagem, portanto, busca divisar uma análise conjuntural da realidade brasileira na perspectiva das tensões e implicações de uma pretensa supremacia cultural e ideológica engendrada pelo governo Bolsonaro. Com uma noção epistemológica controvertida, as premissas delineadas pela retórica bolsonarista reproduzem um ambiente no qual os indivíduos foram submetidos a uma maciça carga cognitiva e emocional. O objetivo do artigo, em um primeiro momento, é refletir sobre questões correlatas aos contornos da retórica e da persuasão. Na sequência, busca-se ampliar o entendimento acerca dos ressentimentos, o medo e o ódio. A terceira parte preconiza um ideário sublinhado pelos argumentos de autoridade, o caos apocalíptico, as conspirações e os messianismos. Na última sessão, faz-se um apanhado de questões ligadas às generalizações, dicotomias e os constantes apelos à ignorância.

Perscrutando os sentidos da retórica e da persuasão

Embora seja frequentemente associada a uma prática discursiva ou à qualidade estética do discurso, a retórica é muito mais do que um estilo. Não se reduz, como ocorreu em determinado momento da sua história, a um catálogo de figuras de linguagem que correspondem a elementos que buscam influenciar a forma como alguém pensa, sente ou age. Quem se propõe a realizar uma análise retórica, vislumbra como objeto principal a forma como a persuasão se realiza. Por isso, a preocupação está mais focada nos processos argumentativos dirigidos a um público ao apresentar justificativas que motivem certas conclusões, por vezes, não verdadeiras, mas, bem articuladas. Capazes de sustentar as ideias apresentadas de modo a obter a adesão dos interlocutores (HIRSCHMAN, 1992).

A análise retórica concentra-se no texto apenas na medida em que ele “revela a organização argumentativa da persuasão”, mostrando como este nos convence acerca da validade do seu ponto de vista (MATEUS, 2018, p. 189-190). As práticas persuasivas foram, ao longo da história, moldadas pelos meios de comunicação disponíveis. A possibilidade do orador se dirigir de uma só vez, para vários públicos em tempos e lugares distintos, produziu o que o pesquisador português, Samuel Mateus, (2018) denominou como “retórica midiaticizada”. Uma persuasão organizada em torno da massificação e padronização de discursos veiculados por grandes audiências como, por exemplo, da televisão.

O surgimento das plataformas digitais, ao permitir uma maior segmentação e personalização dos públicos, favoreceu a adequação e adaptação dos oradores a plateia, pavimentando o caminho para uma retórica da desinformação sustentada, entre outras coisas, pelo viés da confirmação. A tendência é das pessoas acreditarem naquilo que exacerba ou confirma a sua visão de mundo e os seus valores. Sejam quais forem os meios empregados, a retórica da persuasão consiste, no final das contas, em uma indução para crer em algo ou um vir a fazer que corresponde em termos semióticos a um regime de manipulação (PERELMAN, 2004).

O modo como a desinformação vem sustentado as interações políticas sob a égide da manipulação leva a pensar, de acordo com o linguista Algirdas Julien Greimas (2014, p. 124), que o conceito de verdade tem sido substituído,

cada vez mais, pelos paradigmas da eficácia. A verdade é um efeito de sentido. Consiste em um fazer parecer verdadeiro que não depende tanto de uma correspondência entre o discurso e o “mundo real” e mais de um fazer persuasivo e interpretativo sustentado pela permuta de crenças e valores.

A construção do dizer verdadeiro remete, necessariamente, para o modo como se procura persuadir. A dinâmica retórica consiste nesta “transformação, por parte do orador, de uma opinião em um argumento segundo as particularidades do auditório ao qual se dirige” (MATEUS, 2018, p. 91). Nesta perspectiva, é preciso observar ao menos dois modos para entabular a persuasão: o argumento e o apelo. Todo argumento procura, em última instância, provar uma “tese” ou chegar a uma conclusão a partir de determinadas proposições consideradas plausíveis.

Um argumento é considerado válido quando as premissas que sustentam a conclusão podem ser avaliadas como lógicas e razoáveis. Enquanto os argumentos se dirigem, sobretudo, à razão, os apelos se valem mais das paixões. São, portanto, “estratégias simbólicas que visam provocar uma resposta emocional, levando o público a comprometer-se com suas convicções, lealdades ou compromissos” (MATEUS, 2018, p. 42), explorando atalhos para as formas de sentir. Esta distinção acaba sendo relevante porque, em contextos de polarização política, os procedimentos retóricos que recorrem ao apelo são ainda mais explorados, resultando em discursos que, via de regra, nem necessitam de uma base argumentativa para persuadir.

Pela própria natureza das teses com forte apelo não científico defendidas por Bolsonaro ao tratar da COVID-19, o seu êxito argumentativo dependeu de eventuais acordos prévios, uma das condições das práticas retóricas. Os acordos funcionam como uma espécie de atalho para a persuasão, pois engendram a adesão prévia às premissas que conduzem às conclusões. A persuasão argumentativa é obtida porque quem argumenta já parte, entretanto, de algo que aqueles aos quais se dirige, acreditam. Quando o acordo prévio se junta ao chamado viés da confirmação estão dadas as condições para a aceitação de qualquer argumento, até mesmo das falsas premissas e as falsas alegações (SILVA, 2020).

Na retórica, considera-se a falácia um argumento que chega a conclusões sem que haja uma razoabilidade das declarações. As falácias podem, inclusive, ser consideradas como argumentos, porém, são

argumentos logicamente inconsistentes na medida em que se baseiam em raciocínios falsos ou equivocados ainda que aparentem ser consolidados por meio de alicerces verdadeiros. Aristóteles já tratava disso em suas “refutações sofísticas” (2005b), elencando problemas que estão na base do que hoje consideramos como argumentos falaciosos, cujos erros lógicos e desvios podem ser detectados no exame da sua própria estrutura no contexto em que foram construídos.

As falácias continuam sendo muito exploradas por agentes políticos. O que chama a atenção, no caso de Bolsonaro, é como chegaram ao ponto de se tornarem uma parte fundamental da estratégia de comunicação do presidente da República em uma situação de tamanha gravidade como na pandemia do COVID-19 (KLEM; PEREIRA; ARAUJO, 2020). Se os embates políticos em regimes democráticos envolvem certos recursos retóricos que estiveram a serviço do verdadeiro “surto” de desinformação que vimos ao longo da pandemia no Brasil, é preciso identificá-los para melhor enfrentá-los em outros contextos. É o que faremos na sequência ao referir alguns dos estratagemas utilizados por Bolsonaro.

Compreendendo os ressentimentos, medo e ódio

Uma das características dos movimentos bolsonaristas foi a conduta movida pelo ressentimento. A trajetória do presidente da República espelhava, em grande medida, este sentimento. Obrigado a encerrar a carreira militar por infringir o regulamento disciplinar do Exército, aderiu à política, mas, a sua pífia atuação parlamentar acabou sendo marcada por inúmeros pronunciamentos com acentuada conduta racista, misógina e homofóbica, além da defesa da ditadura militar e seus excessos autoritários, da execução sumária e do armamento da população. Como deputado, nunca apresentou projetos relevantes e também não integrou comissões importantes. Manteve-se à margem das articulações que ocorriam no parlamento entre partidos e governos. Isso ensejou a construção de um perfil de *outsider*, apesar de já estar há quase três décadas na Câmara Federal (NICOLAU, 2020).

Bolsonaro garantiu seus sucessivos mandatos graças ao discurso agressivo e radical dirigido à parcela mais conservadora do eleitorado, que

levou seu nome ao segundo turno da disputa presidencial, em 2018, momento em que conseguiu ampliar o seu eleitorado apelando, em grande medida, para uma paixão que resulta de uma falta: o ressentimento. O ressentimento decorre, entre outros fatores, de uma espera fiduciária. Ou seja, uma expectativa relacionada à confiança (KEHL, 2020). No caso, um sujeito (cidadão, eleitor) pensa poder contar com um outro (a política e o político).

Quando o dever fazer não se realiza, instaura-se a insatisfação em função da carência do objeto desejado e a decepção em função da falta fiduciária. O ressentimento surge como a consciência aguda e reiterada da falta. Não é uma paixão resultante tanto da insatisfação, mas, sobretudo, da decepção que, no caso brasileiro, a partir dos protestos no ano de 2013, se encontra associado aos meandros da corrupção e, de forma peculiar, à operação Lava Jato. A espetacularização da cobertura jornalística acentuou a criminalização da política e colaborou para a descrença das instituições e o papel do próprio Estado (AVRITZER; KERCHÉ; MARONA, 2021, p. 229-240).

Embora o alvo preferencial tenha sido o Partido dos Trabalhadores (PT) e o seu maior protagonista, Lula, a sucessão de escândalos envolveu lideranças dos grandes partidos brasileiros e pavimentou o caminho para a eleição de Bolsonaro que, tendo os principais adversários fora da disputa, pôde assumir com êxito o discurso moralizador e antissistema. Ainda que possa ser apontada como uma variável fundamental na disputa presidencial de 2018, essa falta fiduciária não seria tão determinante se não estivesse associada a uma outra forma de espera negativa, o medo (SOLANO, 2018). Este assumiu ao menos duas facetas mais visíveis: o medo das perdas do poder aquisitivo e da posição social impostas pela crise econômica, e o medo da violência crescente, reflexo do caos urbano e da ausência de políticas de segurança eficientes.

A mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (CESARINO, 2019, p. 533).

Nesse cenário, o ressentimento e o medo funcionaram como elementos passionais que, quando encadeados com outras conjugações, conduziram para a animosidade, a repulsa e o ódio, que pautou a campanha

eleitoral. Ao contrário da resignação, que não tem consequências práticas, o ressentimento e o medo confluem para a hostilidade, que corresponde a um querer fazer mal ao outro. A este, em última análise, se atribui toda a sorte de faltas e um estado de coisas depreciativo. É nesse ponto que o ódio se transforma no impulsionador de uma sociabilidade conflitiva (DE PAULA; AYALA, 2002, p. 133-151).

Tratava-se assim de um “inimigo” capaz de assumir muitas faces e que perfazia um esquema de intencionalidade no qual “esquerdistas” e “comunistas” eram associados não apenas aos militantes de movimentos sociais, mas, igualmente, a intelectuais, professores, artistas. Para assumir a posição desse sujeito reparador da falta fiduciária, Bolsonaro soube investir, tanto no ataque aos “inimigos”, reais ou imaginários, com tamanha agressividade verbal, a ponto de inquirir seus seguidores à violência, assim como, na construção da sua imagem como um “enviado” por Deus para o combate (GRACINO; GOULART; FRIAS, 2021). Nesta enunciação enquanto “Messias”, seus principais aliados sempre foram as lideranças religiosas neopentecostais que, contraditoriamente, não se furtaram em apoiar e defender a violência e a intolerância.

No intrigante percurso descortinado por Bolsonaro, seu papel foi de um sujeito atuando por meio de provocações, confusões e teorias da conspiração, reforçando o vínculo com seus seguidores mais devotados. Para mascarar a incapacidade em propor soluções efetivas aos problemas enfrentados pelo país, o que se explicitou foram os xingamentos, as declarações estapafúrdias, informações falsas e notícias sem lastro na realidade. De forma recorrente buscou-se alimentar uma “guerra” contra o chamado “marxismo cultural”, a “depravação”, a “desordem” e a “bandidagem” (VISCARDI, 2020, p. 1134-1137).

Recorreu-se a uma conduta que favoreceu os conflitos e a lógica conspiratória do “inimigo” que, a depender da situação, era representado em sua interlocução como os mais diversos grupos, países, organizações não governamentais, militantes de movimentos sociais, direitos humanos e ambientais, jornalistas, professores e demais poderes da República, especialmente o judiciário. Importante ainda destacar que este percurso foi orientado de forma estratégica pelo modo como ele soube ocupar o seu lugar enquanto sujeito reparador de uma crise. No entanto, é possível suspeitar que este talvez não teria sido tão eficaz se não fosse o espírito corporativo

consolidado pelas bases mais radicalizadas da adesão, como veremos na sequência desta abordagem.

Divisando argumentos de autoridade, caos apocalíptico, conspirações e messianismos

Em suas interlocuções públicas, Bolsonaro citava com frequência, o trecho do Evangelho de João (8:32): “Então conhecereis a verdade e a verdade os libertará”. Não raro, ele comunicava esta passagem bíblica para se referir a fatos específicos com a intenção de expor os supostos planos conspiratórios defendidos por seus oponentes. Ele também não titubeava em valer-se de reiterados apelos públicos dando conta de que a sua eleição teria sido, presumivelmente, uma fraude e que, sem as tentativas conspiratórias de derrubá-lo, ele teria vencido as eleições já no primeiro turno. Entremontes, ele nunca apresentou provas acerca destas suas acusações.

Uma estratégia retórica de tal dimensão funda-se na “semiose hermética” como sugerida por Umberto Eco (1993). Trata-se de uma das características principais das narrativas populistas e conspiratórias. Como sublinhado pelo autor italiano, um discurso hermético “identifica a verdade com aquilo que não é dito, ou aquilo que é dito de um modo obscuro e deve ser compreendido nas entrelinhas” (ECO, 1993, p. 40). Esse é o caso do discurso messiânico seguidamente explicitado por Bolsonaro. Há, contudo, um outro aspecto de sua narrativa que deve ser observado e que é também manifestado pelo uso frequente do texto bíblico do Evangelho de João, capítulo 8, versículo 32. Um amálgama capaz de coadunar hermetismo e ambiguidade que ganha tons místicos. Como um profeta, Bolsonaro fala como se mantivesse um contato direto com Deus, de quem parece ter obtido uma “Verdade Suprema” (GRACINO; GOULART; FRIAS, 2021, p. 547-570).

Seu discurso se apoia e opera em uma “dimensão”, mediante a qual, para que um texto consiga ser aceito como “verdadeiro”, deveria primeiro ser percebido como uma espécie de “segredo” (GREIMAS, 2014, p. 108). Portanto, significa que Bolsonaro soube apropriar-se de um estilo de comunicação numa perspectiva hermético-hermenêutica. Uma realidade parecida com o que ocorre nas pregações e representações cristãs. O destinador, falando em primeira pessoa, se coloca com um “Eu” onisciente. Uma espécie de “avalista”

ou “endossador” de alguma verdade maior (GREIMAS, 2014, p. 123). Enquanto característicos das narrativas populistas e conspiratórias, o hermetismo e a empáfia também se colocam como elementos do discurso místico. Assim, a linguagem, bem como, a experiência mística, podem ser lidas de muitas maneiras.

O misticismo conspiratório de Bolsonaro pressupõe uma “verdade” que pode se referir de forma muito ampla a qualquer coisa. De tempos em tempos, o inimigo pode vir a ser Lula, o Supremo Tribunal Federal, a China, as pretensas elites globalistas anticristãs (CARVALHO, 2009), ou todos estes aspectos de forma conjunta. O que é “verdadeiro” e o que é “falso” passa a ser deliberado de acordo com as necessidades concernentes ao momento. Todavia, sem descuidar de algum imperativo divino que seja capaz de consolidá-lo.

O que é verdade hoje pode vir a ser falso amanhã. Não é algo fortuito, nesta perspectiva, que um outro aspecto central do discurso de Bolsonaro é o uso sistemático da autocontradição, assim como, não parece ser aleatório que ele se refira frequentemente à “verdade” usando o espectro futuro: “então conhecereis a Verdade, e a Verdade vos libertará”. De modo análogo ao que acontece na pregação evangélica neopentecostal, a experiência da “Verdade” promovida por Bolsonaro é uma promessa eterna de liberdade e prosperidade que tende a nunca se realizar de forma efetiva, pois necessita manter vivo o envolvimento na batalha contra os poderes ocultos que regem o mundo (LACERDA, 2019).

É possível afirmar, por extensão, que o discurso místico de Bolsonaro coloca a verdade em um futuro inexequível ou utópico. Significa que esta sua pretensão tem a ver com algo que é revelado de forma obscura, estruturando a imagem de um interlocutor capaz de ler nas entrelinhas. Alguém que faz parte de um pequeno grupo, mas, que teria sido alcançado por uma plena ilustração. Uma pessoa escolhida para concretizar uma missão sem precedentes (LACLAU, 2013). Trata-se, pois, de uma das estratégias de manipulação mais eficazes da semiose hermética: um segredo que deveria ser, ao mesmo tempo, velado e desvelado.

Diante desse cenário, no Brasil, assim como em inúmeros outros países do mundo, todas as redes sociais vêm sendo utilizadas nos últimos anos para a construção e manutenção da mensagem e persona dos políticos,

a disseminação de ideias de todo tipo (incluindo teorias conspiratórias e informações falsas e manipuladas) e a captação de eleitores (VISCARDI, 2020, p. 1137).

Nos discursos de Bolsonaro, a verdade contempla esta tensão semiótica em direção a um futuro irrealizável, do mesmo modo como o futuro engendra a tensão semiótica rumo a uma verdade inacessível. À verdade última nunca se consegue chegar: se pode apenas perseguir e imaginar. Tomando como referência esta busca, é preciso observar que neste emaranhado difuso de “verdades”, há uma interlocução com muitos temas, figuras, objetos, sujeitos e valores, por vezes, contraditórios, suscetíveis de serem rearranjados de acordo com as vicissitudes do momento. No fundo, o poder de quem anuncia conhecer e querer revelar um “segredo” é possuir um segredo vazio (EATWELL; GOODWIN, 2020).

A realidade forja um misticismo capaz de ecoar, prioritariamente, nas narrativas messiânicas de algumas denominações neopentecostais. Há uma promessa de liberdade e, sobretudo, prosperidade. O messianismo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, poderia, de acordo com Wander de Lara Proença (2011), assumir muitas formas, possibilitando uma grande produção de sentidos, gerando remodelações no cenário religioso brasileiro contemporâneo, promovendo rupturas e estabelecendo a redefinição de novas tipologias e experiências com o sagrado. Este messianismo, de acordo com o autor, vem provocando adaptações nos contextos sociais e históricos com a finalidade de atender demandas de diferentes segmentos e estratos da sociedade atual. Isso tem a ver com as complexidades humanas que almejam encontrar mecanismos religiosos que justifiquem e legitimem a resolução dos seus problemas (PROENÇA, 2011, p. 150-265).

O apocalipse firmado em percepções conspiratórias é um aspecto do discurso messiânico de Bolsonaro ligado a um cenário de destruição e perseguição das pessoas cristãs pelo mundo afora. Imagina-se esta realidade como parte de um plano conspiratório de grupos “comunistas” em escala global. Um mundo à beira do caos e da destruição. Bolsonaro, sempre que pôde, insistiu que o Brasil estaria próximo de uma catástrofe moral, social e econômica. O país poderia sucumbir por conta de um suposto ataque do

“sistema” e dos “poderes ocultos” que, entretantes, estariam submetendo a nossa autonomia a muitas décadas (ROCHA, 2021, p. 107-193).

Convém destacar que durante a crise pandêmica as narrativas escatológicas e as menções sobre a ascensão das elites globalistas se consolidaram e passaram a ser abundantes nas mídias sociais. De igual modo, inúmeras foram as mensagens e referências que alegavam ser a pandemia parte de um plano arquitetado pelo “império chinês” contando com o apoio explícito das forças políticas de oposição a Bolsonaro. Esta realidade convergiria para que vivêssemos de forma planejada “o caos”, “a violência” e “a crise econômica”. Esta estratégia com a proliferação de um vírus, supostamente criado pela China para exterminar uma parte da população mundial, serviria ao objetivo de adquirir terras, empresas e indústrias brasileiras. Por extensão, a pessoas acabariam ficando sem comida e à mercê da “bandagem” e da violência sem que as instituições do Estado tivessem meios para restituir a ordem (SILVA, 2020, p. 1478-1488).

Um dos recursos retóricos utilizados por Bolsonaro foi o argumento de autoridade. Por meio dele buscava-se o convencimento da população nem tanto por aquilo que se enunciava, mas, muito mais, por conta de uma integridade pessoal respaldada pela figura do mandatário da nação. Trata-se de um artifício onde se “introduz a si mesmo como prova no exame da questão, mencionando seus conhecimentos ou quaisquer outras qualidades” (FIORIN, 2015, p. 176).

Na perspectiva descortinada por Bolsonaro, a autoridade firmada na figura do próprio presidente, também é sublinhada através de certos “especialistas” ideologicamente coadunados com os referenciais que corroboram com os seus posicionamentos. O discurso postula um proveito nos termos de um apelo, incitando emoções e sentimentos coletivos (FIORIN, 2015, p. 224). Não raro, pessoas podem exacerbar uma relação muito incisiva nestes momentos. Gritar, chorar, xingar. Ocorre uma sintonia entre o indivíduo que exalta certas ações e os possíveis destinatários. A opinião de quem fala ganha credibilidade.

Vislumbrando as generalizações, os apelos à ignorância e as dicotomias

Uma das características conjunturais da racionalidade neoliberal brasileira alinhada aos ideais preconizados por Bolsonaro tem a ver com a transformação das pessoas a partir dos ditames da economia que transcende para as diferentes facetas da vida humana. Isso se coaduna com as articulações no mundo do trabalho, na vida política e nas relações entre as pessoas. De acordo com a filósofa política estadunidense, Wendy Brown, quando este argumento se transmuta para as diferentes esferas da vida por meio de elementos de ordem econômica, inevitavelmente, o resultado tende a ser o desmantelamento dos princípios democráticos.

Não se postula o tratamento igualitário, mas, os próprios fundamentos do pacto social (BROWN, 2019, p. 32-50). As premissas em torno dos ideais de igualdade são permutadas por um sentido binário que supõe a existência de vitoriosos e fracassados. A liberdade passa a estar dissociada da concepção de controle do povo. Um autodomínio submisso ao mercado. A noção de liberdade e a participação popular é substituída por uma “racionalidade instrumental de mercado” (BROWN, 2019, p. 41), que comanda e restringe escolhas e ambições dos indivíduos. As ações que necessitam de algum protagonismo político haverão de ser respaldadas por meio de argumentos de ordem econômica, afetando, por óbvio, o sistema de justiça, o âmbito educacional, cultural, religioso, jurídico e as sociabilidades cotidianas.

Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais (BROWN, 2019, p. 10).

Conforme a visão de Wendy Brown, a crise da democracia também se coadunaria de forma estreita com a ascensão de líderes populistas pelo mundo afora. Existiria, pois, uma simbiose de princípios, valores e interesses presentes naquilo que a autora denomina de “forças da extrema direita” (BROWN, 2019, p. 9). Este nacionalismo populista foi assimilado de forma muito incisiva no caso brasileiro ao mesmo tempo em que também abriu espaço para reproduzir sentidos habituais do neoliberalismo e que continuam se ampliando como força social que, num primeiro momento, até podem parecer contrastantes em sua própria compleição.

Hoje, poder-se-ia falar em um Estado Pós-Democrático, um Estado que, do ponto de vista econômico, retoma com força as propostas do neoliberalismo, ao passo que, do ponto de vista político, se apresenta como um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros (CASARA, 2017, p. 17).

Trata-se de um processo gradual, constante e de massa. Os sinais, as violações, as ofensas, os abusos são bastante evidentes. Ainda assim, o silêncio condescendente das instituições do próprio Estado tende a prevalecer. Não há uma atribuição de culpa, mas, uma permissividade diante dos absurdos, a negação da política, sobretudo, às esquerdas, o pensamento revanchista e a intolerância. Justificam-se preceitos e invalidam-se certos entendimentos sobre aquilo que ocorreu no passado (SILVA; SCHURSTER, 2022, p. 261-169). Não por acaso, faz-se um esforço para enaltecer um pretérito ideal e imaginário para justificar a própria percepção do presente.

De acordo com a pesquisadora Lilia Schwarcz, líderes autoritários tendem a “criar a sua própria história – voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados” (2019, p. 225). Isso significa enaltecer, sobretudo, a ideia de um passado em que a prosperidade de uma nação se impunha como regra primordial. Para a autora, o ultranacionalismo religioso, cultural e também étnico, aliado a necessidade de um líder com características carismáticas e messiânicas, é capaz de naturalizar o fato de que alguns grupos adquirem maior notoriedade em detrimento das minorias (reais ou imaginárias) que passam a ser vistas como estrangeiros em seu próprio país.

Assim, subordinado ao moralismo com uma compleição messiânica, questiona-se a realidade repercutindo abordagens fantasiosas ao promover visões aleatórias e a aversão ao pensamento científico. Não raro, recriminado quem ousa contestar algo que não esteja coadunado com os paradigmas dos grupos “escolhidos” para a missão redentora. O resultado é a desumanização de segmentos da população e a impossibilidade para promover vivências de empatia.

Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando Universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política [...] acaba por criar um Estado

de irrealdade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado (STANLEY, 2008, p. 10).

As declarações dissimuladas de Bolsonaro supunham uma estratégia que, deliberadamente, desviava o foco dos muitos dilemas vivenciados pela população brasileira face à pandemia. Os constantes apelos à ignorância, via de regra, reverberavam no cotidiano das relações sociais por meio de uma expressão que ampliava a dúvida. O presidente da república, ao defender, simultaneamente, a utilização de medicamentos alternativos como a cloroquina, também acabava partilhando certos valores que eram sublinhados pelos seus apoiadores mais radicalizados. Havia uma estreita conexão com o tema da liberdade enquanto premissa que espelhava uma série de discursos que desabonavam políticas em favor da imunização por meio das vacinas.

Bolsonaro soube associar as suas convicções com a defesa protagonizada por certos “especialistas” que, segundo a sua visão, pertenciam a mesmo espectro ideológico dividido pelo seu governo. Os apelos à ignorância ocorreram, por exemplo, quando defendeu o fortalecimento da imunidade como meio para prevenir a contaminação. Por isso, ao garantir uma maior imunidade se estaria, pretensamente, resguardando a fragilidade do corpo. Afinal, se a pessoa soubesse cuidar da própria imunidade, invariavelmente, não haveria de ser contaminada pela COVID-19. Por extensão, não existiria a necessidade de estar em isolamento. O medo de uma maior convivência seria uma artimanha utilizado de forma ardilosa por indivíduos com interesses escusos.

A contestação difundida de forma exaustiva pelo mandatário brasileiro sublinhava uma controvertida dicotomia: ou o indivíduo haveria de morrer por conta da contaminação do agente patogênico ou, invariavelmente, sucumbiria por conta da fome. Este esdrúxulo argumento colocava, por óbvio, as pessoas diante de um dilema sem precedentes. Um futuro ameaçador enredado por uma névoa de múltiplas apreensões. Uma contingência representada por um porvir desolador. Ao exacerbar uma realidade catastrófica, inegavelmente, era mantida uma exaustiva tensão por meio de palavras e apelos estratégicos (LIMA DE ARRUDA, 2021, p. 81-93).

Conforme a definição preconizada pelo psicanalista austro-húngaro, Wilhelm Reich, em sua obra seminal - psicologia das massas - existiria uma

necessidade de proteção por parte de uma figura paterna autoritária, severa, mas, bondosa. A aceitação das massas tornaria o indivíduo autoritário passível de alcançar a adesão do público. Um líder assumiria estas características, personificando os anseios de uma coletividade. A população se sujeitaria aos apelos do líder a despeito daquilo que pudesse desqualificá-lo. Reich sugere uma analogia com as famílias que em submissão podem aceitar e, por vezes, até esconder certos desvios do pai. A base das massas estaria, pois, de um lado, na família, e de outro, no caráter destes núcleos que, especialmente nas camadas mais pobres, repercutiriam de forma mais incisiva a sua vinculação com uma nação ou pátria. “[...] o resultado disso, é o conservadorismo, o medo a liberdade, em resumo, a mentalidade reacionária” (REICH, 2001, p. 29).

Não é acidente ou causalidade que no campo dos valores reacionários vejamos alinhados à defesa abstrata da “nação” características como o “moralismo” quanto aos costumes (que vem inseparavelmente ligado a preconceitos, a homofobia, etc.) a defesa da “família”, assim como o chamado “irracionalismo”, a “violência”, o mito da xenofobia e do racismo como constituintes da nação, e o clamor pela “ordem”. A recente cena dantesca de “manifestantes” enrolados na bandeira do Brasil, de joelhos e mãos na cabeça, pedindo intervenção militar é a imagem que condensa todos esses elementos (IASI, 2018, p. 27).

Ainda que as pessoas sejam distintas em sua individualidade, quando congregam em torno de uma mesma causa e partilham certas aspirações, pode existir a percepção de que há uma batalha a ser travada por conta de algum perigo eminente. Por isso, atentados às instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal e os discursos inflamados cheios de apelos às intervenções militares, confluem para uma sensação de que certas pessoas acabaram sendo escolhidas para a missão de salvaguardar o bem de toda uma nação.

Trata-se de um indivíduo que sacrifica os seus interesses pessoais em favor de algo maior. É alguém influenciável e desprovido da percepção crítica acerca daquilo que defende. Por meio de suas certezas, não hesita em alardear o que considera perigoso ao referir, com frequência, a supressão da liberdade. Uma realidade que enseja um rearranjo das convicções por meio de tensões fictícias e até belicosas.

Se você pode ser feminista, eu posso ser machista; se você pode defender a causa dos negros, eu defenderei a branquitude; se pode

haver passeata LGBT, porque não uma dedicada ao orgulho hétero. O que se ignora nesse procedimento de equivalência é justamente que a causa feminista ou antirracista visa incluir pessoas que estão de fato ou de direito excluídas da democracia, ao passo que os argumentos reversos defendem uma democracia exclusiva. Ou seja, uma democracia definida por seu passado se confronta com uma democracia definida pelo seu sujeito futuro (DUNKER, 2019, p. 126).

Os afetos demarcam a realidade e o rancores qualificam os lugares que cada um ocupa nas interlocuções do cotidiano. Exacerba-se a animosidade para com inimigos que necessitam ser derrotados. Justificam-se uma série de receios a serem expurgados (SILVA; MEDEIROS; VIANNA; SCHURSTER; MAYNARD, 2023, p. 10-37). Este maniqueísmo acaba por referendar a compreensão da democracia de modo paradoxal. O herói, que ao ter dificuldades em ser respaldado pelo conjunto da sociedade por conta de sua incapacidade em apresentar alternativas para equacionar os problemas da nação, direciona a sua contrariedade para certos grupos ou pessoas de forma individual para legitimar as suas próprias limitações.

Há um novo tipo de idealização na política, uma nova mítica e um novo tipo de carisma, que permite ao líder político confrontar discursivamente a institucionalidade, no que se convencionou chamar de antipolítica, representada pelos candidatos antissistema. Quando nossos grupos de referência passam a funcionar ao modo de massas digitais e quando a idealização do líder torna cada um de nós um herói em potencial, os afetos assumem uma dinâmica segregativa. (DUNKER, 2019, p. 118)

O imaginário que subjaz às dinâmicas do poder não se traduzem apenas por uma perspectiva “conservadora”, mas, via de regra, tem a ver com os contornos do reacionarismo e a irracionalidade, as ofensivas contrárias a certos ideais civilizatórios e conquistas revolucionárias engendradas pelo iluminismo, a modernidade, o liberalismo político, o constitucionalismo, a democracia e o estado de bem-estar social, os direitos fundamentais e humanos, aliados aos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade (SILVA, 2000, p. 11-21).

Jair Bolsonaro e seus seguidores mais fiéis foram transformados na última reserva moral das verdades “cristãs” e dos princípios e valores “ocidentais”. Neste diapasão, são, igualmente, os únicos que teriam a capacidade para confrontar a realidade que se impõe no horizonte das sociabilidades contemporâneas (MUDDE, 2020). A lógica retórica é formulada por meio de simplificações destituídas de um discernimento pautado pela

razoabilidade. Trata-se de sublinhar a crença de que Bolsonaro teria sido o escolhido para lutar contra um poderoso sistema que, cotidianamente, se notabilizaria por dar forma a uma conspiração sem precedentes contra a sua missão expiatória.

Considerações finais

Se considerarmos a retórica como uma estratégia que compreende um caráter teórico e um sentido instrumental, torna-se plausível divisar que se trate de algo capaz de ser assimilado por qualquer pessoa que deseje convencer o outro em relação ao seu ideário de valores. Quando as práticas políticas do cotidiano se encontram firmadas em uma acirrada polarização, o conhecimento retórico necessita ser considerado como um elemento capaz de explicitar os meios para o enfrentamento dos processos recorrentes na sociedade brasileira.

O que é possível perceber ao ampliar o horizonte das questões aqui abarcadas é que existem múltiplas articulações de um discurso politicamente conservador acerca da cidadania com grande apelo para retratar certas distinções entre aqueles que são vistos como incluídos, e outros, tidos como excluídos. Há, também, por extensão, uma possibilidade de delimitação de um 'nós' que se potencializa por meio da perseguição a outros vistos como 'ímpuros', 'imorais', 'indignos'. Não por acaso, a noção de 'cidadania' pode servir à violação de direitos, intolerâncias e racismos.

A crise pandêmica suscitou grandes transformações nas interações sociais, mas, alargou, também, a desinformação e o avanço de teorias conspiratórias como em nenhuma outra época da nossa história mais recente. Este fenômeno ganhou contornos e proporções emblemáticas, graças, por óbvio, ao protagonismo do próprio presidente da República enquanto agente da desinformação. É muito desafiador dar-se conta de que vivemos em um tempo em que o ódio vai sendo explicitado, sobretudo, nas redes sociais.

Por fim, é preciso colocar em evidência que questões ligadas ao âmbito da família, dos usos e costumes, da religião, assim como os sentimentos patrióticos, reforçam um apelo importante para os processos de dominação em uma governança alicerçada pelo amplo espectro do nacionalismo, da defesa da pátria e de uma pretensa moral sexual. A sociedade brasileira, no

decorrer da sua história, sempre esteve às voltas com apelos à moralidade e ameaças contra grupos vulneráveis. Por isso, ações e discursos que não se coadunam com as bases de um estado democrático e de direito, por óbvio, não ensejam e nem respaldam uma sociedade livre, fraterna e plural.

Referências

AMOSSY, R. **Argumentação no discurso**. São Paulo, Contexto, 2020.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações Sofísticas. Bauru: Edipro, 2005.

AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M (Org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 229-240.

CAMPOS, G. W. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Vol. 18, n. 3, 2020.

CEPÊDA, V. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, mai-ago. 2018, p. 75-122.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 72, jan-mar. 2016, p. 24-41.

CARVALHO, O. de. **A Revolução Globalista**. Digesto Econômico, 2009.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, 2019, p. 530-557.

DUNKER, C. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: Vários autores. Democracia em risco? **22 Ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DE PAULA, L.; AYALA, P. A cultura em crise e a cultura como crise. **Revista Acadêmica em Humanidades**, v. 1, n. 1, 2020, p. 133-151.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ECO, U. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ECO, U. **O fascismo eterno**. São Paulo: Record, 2020.

FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

GRACINO, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 23, 2021, p. 547-580.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II**: ensaios semiÓticos. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

HIRSCHMAN, A. **A RetÓrica da Intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IASI, M. **A psicologia das massas do fascismo ontem e hoje**: por que as massas caminham sob a direção de seus algozes? São Paulo: Le Livros, 2008.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

KLEM, B.; PEREIRA, M.; ARAUJO, V. **Do Fake ao Fato**: des(atualizando) Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA DE ARRUDA, R. O Negacionismo como Artefato da Pós-Verdade: Bolsonaro, a Pandemia e a Educação. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 15, 2021, p. 81-93.

MATEUS, S. **Introdução à RetÓrica no século XXI**. LABCOM: Covilhã, 2018.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 32, n. 3, set-dez. 2017, p. 621-647.

MOURA, M.; CORBELINI, J. **Eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MUDDE, C. **O regresso da ultradireita**: da direita radical à direita extremista. Lisboa: Editorial Presença, 2020.

NICOLAU, J. **O Brasil Dobrou à Direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PERELMAN, C. **RetÓricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- PIOVEZANI, C.; GENTILE, E. **A linguagem fascista**. São Paulo: Editora, 2020.
- PROENÇA, W. de L. **Sindicato de mágicos: uma história cultural da Igreja Universal do Reino de Deus (1977-2007)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminho, 2021.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, I. M. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**. 5 (16), 2020, p. 1478-1488.
- SILVA, D. da C. P. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 2, 2020, p. 1171-1195.
- SILVA, F. C. T. da; SCHURSTER, K. **Passageiros da Tempestade**. Fascistas e negacionistas no tempo presente. Recife: CEPE, 2022.
- SILVA, F. C. T. da; MEDEIROS, S. E. de; VIANNA, A. M.; SCHURSTER, K.; MAYNARD, D. C. S. (Org.). **Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas**. Vol. 1. Recife: EDUPE, 2023.
- SAINT-CLAIR, C. **O homem que peitou o exército e desafia a democracia**. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2018.
- SOLANO, E. **Crise da Democracia e Extremismo de Direita**. São Paulo: Friedrich Ebert-Stiftung, 2018a.
- SOLANO, E. (Org.). **O Ódio como Política**. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- STANLEY, J. **Como funciona o fascismo?** A política do “nós” e “eles”. São Paulo: L&PM, 2018.
- VISCARDI, J. M. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, 2020, p. 1134-1157.